

## PL dos Influencers repercute no Grande ABC e gera debate sobre responsabilidade digital

Projeto que exige qualificação para recomendações sobre temas sensíveis mobiliza defesa do consumidor e especialistas da região

O projeto de lei 5990/2025, conhecido como "PL dos influencers", avança em tramitação em Brasília propondo regras mais rígidas para recomendações feitas na internet sobre temas sensíveis, como saúde, finanças e apostas on-line. A proposta prevê a exigência de diploma ou certificação técnica para criadores de conteúdo nessas áreas, além de punições que incluem suspensão de contas e multas que podem chegar a R\$ 50 mil por dia em caso de descumprimento.

De autoria do deputado federal Vicentinho Júnior (PS-DB-TO), o texto parte do entendimento de que o impacto dos influenciadores na formação da opinião pública cresceu de forma expressiva, sobretudo entre os mais jovens. Nesse contexto, o ambiente digital se consolidou como uma vitrine de informações, nem sempre verificadas ou tecnicamente embasadas.

A discussão também repercute no Grande ABC. O jovem Vinicius Alencar da Silva, de 25 anos, morador de São Caetano, relatou ter sido vítima de golpe após adquirir uma ma-

quiagem indicada por um influenciador no Facebook, com prejuízo de R\$ 230. "Tentei entrar em contato, mas não tive retorno. Também não procurei o Procon, porque achei o processo muito burocrático", afirmou.

Embora ainda pouco frequentes, queixas envolvendo influenciadores começam a aparecer nos canais de defesa do consumidor. No primeiro trimestre de 2026, o Procon-SP registrou 11 reclamações com o termo "influencer", sendo quatro diretamente relacionadas ao tema.

Segundo a instituição, os consumidores geralmente relatam compras ou contratações motivadas por recomendações de criadores de conteúdo, mas as reclamações acabam, em sua maioria, direcionadas a fabricantes ou fornecedores. Ainda assim, o Procon ressalta que influenciadores podem ser responsabilizados por danos causados por informações falsas, omissas ou enganosas.

O órgão também reforça a importância da transparência nas redes sociais, com a devida sinalização de conteúdos

publicitários por meio de hashtags como #publicidade ou #publi, além de orientar os consumidores a desconfiar de ofertas muito vantajosas, verificar a procedência e pesquisar antes de fechar negócio.

Para o deputado federal Fernando Marangoni (Podemos), de Santo André, o projeto busca preencher uma lacuna regulatória contemporânea, mas exige cuidado. "É preciso cautela para que a legislação não avance de forma excessivamente aberta ou genérica, porque a Constituição Federal protege a liberdade de expressão, e uma regulação mal calibrada pode produzir insegurança jurídica, estimular interpretações arbitrárias e inibir manifestações legítimas", afirmou.

Segundo Marangoni, o texto ainda precisa de ajustes para diferenciar opinião pessoal, publicidade e aconselhamento técnico. "Minha posição é moderada porque o objetivo do projeto parece legítimo, mas a constitucionalidade prática e a efetividade regulatória dependem de uma redação mais ob-



MARANGONI. 'Legislação exige cautela'

VICENTINHO JÚNIOR. É autor do projeto

jetiva, proporcional e operacionalizável", completou.

O debate também mobiliza diferentes categorias profissionais. A nutricionista Lúcia Helena Lista Bertroni, do Conselho Regional de Nutrição da 3ª Região, avalia com preocupação a atuação de influenciadores sem formação técnica oferecendo orientações alimentares.

"A oferta de orientações ali-

mentares individualizadas por pessoas não habilitadas pode configurar exercício ilegal da profissão, além de representar risco à saúde da população", afirmou.

De acordo com o Conselho, houve aumento nas denúncias relacionadas ao exercício ilegal no ambiente digital, incluindo venda de dietas e recomendações sem respaldo técnico. A coordenadora alerta que

esse tipo de prática pode provocar deficiências nutricionais, agravamento de doenças e outros prejuízos à saúde.

"O Conselho entende que iniciativas legislativas voltadas à regulação da atuação de influenciadores digitais podem contribuir para o enfrentamento de práticas inadequadas, especialmente quando envolvem temas relacionados à saúde", destacou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política/Regional/Nacional Pagina: 5